

Prefeitura Municipal de Ibipêba

Editais Administrativos



EDITAL Nº 001 DE 31 DE MARÇO DE 2023.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA 2023 DE TITULARES E SUPLENTE PARA O CONSELHO TUTELAR DE IBIPEBA/BA – GESTÃO 2024/2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente no exercício de sua competência assegurado pela **Lei Municipal nº 261 de 10 de março de 2010** e Lei Federal nº 8.069/90; e pela Resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022, do CONANDA, eo que indica esse Edital de nº 001/2023:

Faz público, para conhecimento dos interessados, o edital do processo de escolha 2023 para provimento de cinco (05) cargos de conselheiros (as) tutelares e suplentes do município de Ibipêba-bahia, gestão 2024/2027.

1.0-DO PROCESSO DE ESCOLHA E DOS REQUISITOS

1.1- O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será composto, conforme **Lei Municipal nº 261 de 10 de março de 2010** e Resolução CONANDA nº 231/2022, das seguintes etapas:

I – Inscrição dos candidatos;

II – Prova de aferição de conhecimentos específicos acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente; e

III – Votação.

1.2- São requisitos para candidatar-se a exercer as funções de membros dos Conselhos Tutelares do Município de Ibipêba-Bahia:

I – Reconhecida idoneidade moral;

II – Idade superior a vinte e um (21) anos;

III – Ensino médio completo;

IV – Residir no Município de Ibipêba-BA;

Endereço: Rua Sidelcino Andrade, S/N

Bairro: centro

CEP: 44.970-000

Prefeitura Municipal de Ibipêba



V – Estar em gozo dos seus direitos políticos;

VI – Atuação profissional de, no mínimo, 02 (dois) anos, com crianças e/ou adolescentes, comprovada mediante documento oficial que confirme a relação de trabalho, em uma das seguintes áreas:

a) Atendimento direto; ou

b) Defesa e garantia de direitos da criança e do adolescente.

VII – Ser aprovado (a) em prova de conhecimentos gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e conhecimentos de Língua Portuguesa, conforme prevê na **Lei Municipal nº 261 de 10 de março de 2010**.

1.2.1- A idade mínima legalmente estabelecida no inciso II, deste artigo como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse. (CF. art. 11, § 2º da Lei n.º 9.504/1997).

1.2.3- A atuação profissional mencionada no inciso VI poderá ser verificada a qualquer tempo pelo CMDCA, e, caso se constate a inexistência ou insuficiência do citado requisito, ensejar-se-á indeferimento de inscrição, impugnação de candidato, ou destituição do Conselheiro já empossado.

1.2.4 Não poderá candidatar-se a conselheiro o agente político detentor de cargo eletivo.

1.2.4- Não poderão participar, também, do Processo de Escolha:

I – Qualquer cidadão ou cidadã que não preencha os requisitos previstos no caput e §§ 1º e 2º deste artigo;

1.2.5- A aferição da idoneidade moral do candidato se fará objetivamente pela apresentação dos seguintes documentos:

I – Certidão negativa do Cartório com Funções Notariais de Ibipêba-BA

II – Certidão negativa dos distribuidores civis e criminais da respectiva comarca;

III – Atestado de antecedentes criminais.

1.2.6- A prova da idade se fará pela apresentação da Cédula de Identidade,

Certidão de Nascimento ou Casamento.

1.2.7- A prova de residência no município se fará pela apresentação da conta de água, energia elétrica, telefone ou qualquer outro telefone hábil.

1.2.8- Somente se submeterão à prova de conhecimentos os candidatos que preencherem os requisitos à candidatura.

Endereço: Rua Sidelcino Andrade, S/N

Bairro: centro

CEP: 44.970-000

Prefeitura Municipal de Ibipeba



1.2.9- A candidatura é individual, não sendo admitida a composição de chapas, conforme disposição do art. 5º, II, da Resolução nº 231/2022, do CONANDA.

1.3-O Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que pretender se candidatar ao processo de escolha para Conselheiro Tutelar deverá se desincompatibilizar daquela função, nos quinze dias anteriores à data fixada para a reunião para discutir a elaboração do edital de convocação para o processo de escolha.

2.0-DA INSCRIÇÃO

2.1-As inscrições serão realizadas na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Sala Anexa, Ibipeba-BA – Secretaria Municipal de Ação Social, do período de **31 DE MARÇO DE 2023 A 28 DE ABRIL DE 2023**, das 08h00min às 12h00min, no período constante no calendário fixado no art. 11 da presente Resolução.

2.2-O requerimento de inscrição, dirigido ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, disponível na sede do CMDCA/Secretaria de Ação Social e anexo ao Edital, deverá ser entregue aos servidores designados pela Comissão Especial Eleitoral na sede do CMDCA, acompanhado com a documentação relacionada no art. 8º desta Resolução.

2.2.1-A sede do CMDCA/Secretaria é o único local autorizado para recebimento dos requerimentos de inscrição para o processo de escolha dos conselheiros e conselheiras tutelares do Município de Ibipeba-Bahia.

2.2.2-Em nenhuma hipótese será aceito requerimento de inscrição por via postal, internet, fax e faltando documentação.

2.3-No requerimento deverá constar a qualificação do candidato, profissão atual e anterior, o lugar em que exerceu cargo ou função pública, atividade ou emprego privado.

2.4-O requerimento deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- a) Cópia da Carteira de Identidade e do Cadastro de Pessoa Física –CPF;
- b) Cópia do título de eleitor;

Endereço: Rua Sidelcino Andrade, S/N
Bairro: centro
CEP: 44.970-000

Prefeitura Municipal de Ibipêba



c) Comprovação de Residência (talão de água, telefone fixo, energia, IPTU) na circunscrição do Conselho Tutelar a que pretende concorrer, em nome do candidato e/ou em nome do esposo ou esposa, pai ou mãe. No caso do comprovante de residência não estar contemplado nas hipóteses acima, deverá apresentar declaração com firma reconhecida por verdadeira do titular do endereço, declarando a residência do candidato;

d) Certidão negativa de distribuição dos feitos criminais expedida pela Comarca onde residiu o candidato nos últimos cinco anos;

e) Cópia do histórico escolar e/ou do diploma que comprove escolaridade mínima de ensino médio;

f) O efetivo trabalho com crianças e adolescentes ou em defesa do cidadão, pelo prazo não inferior a dois (2) anos, deverá ser comprovado por meio dos documentos relacionados nos itens "1." e/ou "2." e/ou "3.":

1.) Cópia autenticada do contrato de trabalho anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) por período igual ou superior a dois anos comprovando o efetivo trabalho com crianças e adolescentes ou em defesa do cidadão;

2.) Cópia autenticada do Termo de Adesão ao Serviço Voluntário expedido nos termos da Lei n.º 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, por período igual ou superior a dois anos comprovando o efetivo trabalho com crianças e adolescentes ou em defesa do cidadão;

3.) Originais de no mínimo duas declarações atestando efetivo trabalho com crianças e adolescentes ou em defesa do cidadão, expedidas a partir do ano de 2015; assinadas.

a) Certificado de reservista ou outro documento que prove que esteja em dia com o serviço militar, somente para os homens;

b) Duas fotos 3x4.

2.3- Terminado o prazo para as inscrições provisórias dos candidatos, será iniciado o prazo de cinco dias para impugnação junto ao CMDCA, fundada na ausência de documentos ou de qualquer dos requisitos legais para a função de Conselheiro Tutelar.

2.3.1A impugnação às inscrições provisórias poderá ser proposta por qualquer cidadão, pelo Ministério Público e pelo próprio CMDCA;

2.3.2- Oferecida à impugnação, o CMDCA decidirá, de forma escrita e fundamentada, em prazo não superior a cinco dias, dando imediata ciência da decisão ao candidato impugnado;

Endereço: Rua Sidelcino Andrade, S/N
Bairro: centro
CEP: 44.970-000

Prefeitura Municipal de Ibipeba



2.3.3-Ao candidato cuja impugnação for julgada procedente caberá recurso da decisão para o próprio CMDCA, sem prejuízo das medidas judiciais previstas na legislação.

2.4-Não havendo impugnações, ou após a solução destas, será publicado edital com os nomes dos candidatos que obtiveram o deferimento de suas inscrições definitivas, estando aptos a participar da prova de seleção.

3- DO CRONOGRAMA

3.1-O cronograma dos atos a serem realizados obedecerá à seguinte tabela:

ATO:	PRAZO:
PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO	ATÉ 31/03/2023 – 06 MESES ANTES DO PLEITO
INTERPOSIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO CONTRA O EDITAL	31/03/2023 A 04/04/2023
REGISTRO DE CANDIDATURAS	DE 31/03/2023 A 28/04/2023
ANÁLISE DE PEDIDOS DEREGISTRO DE CANDIDATURAS	DE 02/05/2023 A 15/05/2023
HOMOLOGAÇÃO DA RELAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS	ATÉ 15/05/2023
PUBLICAÇÃO DO ATO DE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DE CONSELHEIRO TUTELAR E DO CONSELHEIRO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE APTOS/INSCRITOS	ATÉ 20/05/2023
IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURAS	ATÉ 20/05/2023 – CINCO DIAS
NOTIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS IMPUGNADOS QUANTO AO PRAZO PARA DEFESA	DE 22/05/2023 A 26/05/2023
NOTIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS IMPUGNADOS QUANTO AO PRAZO PARA DEFESA	DE 22/05/2023 A 26/05/2023
APRESENTAÇÃO DE DEFESA PELO CANDIDATO IMPUGNADO	DE 29/05/2023 A 02/06/2023

Endereço: Rua Sidelcino Andrade, S/N
Bairro: centro
CEP: 44.970-000

Prefeitura Municipal de Ibipeba



ANÁLISE E DECISÃO DOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO	ATÉ 09/06/2023
INTERPOSIÇÃO DE RECURSO	DE 12/06/2023 A 16/06/2023
ANÁLISE E DECISÃO DOS RECURSOS	DE 19/06/2023 A 21/06/2023
DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DOS RECURSOS E PUBLICAÇÃO DA LISTA DEFINITIVA COM INSCRIÇÃO DEFERIDA, EM ORDEM ALFABÉTICA	22/06/2023
PROVA DE CONHECIMENTOS - ELIMINATÓRIA	25/06/2023 (DOMINGO)
DIVULGAÇÃO DO GABARITO OFICIAL	26/06/2023
INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS	A 26/06/2023 28/06/2023
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA E PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS HABILITADOS	03/07/2023
REUNIÃO PARA FIRMAR COMPROMISSO DOS CANDIDATOS SOBRE AS REGRAS DO PROCESSO E ESCOLHA	07/07/2023
INÍCIO DO PERÍODO DE DIVULGAÇÃO DAS CANDIDATURAS - CAMPANHA	A PARTIR DE 08/07/2023 A 28/09/2023
CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA AUXILIAR NO PROCESSO DE ESCOLHA	ATÉ 31/08/2023
CRENCIAMENTO DOS FISCALIS	ATÉ 31/08/2023
REUNIÃO DE ORIENTAÇÃO AOS MESÁRIOS, ESCRUTINADORES E SUPLENTE	ATÉ 15/09/2023
SOLICITAÇÃO DE APOIO DA POLÍCIA MILITAR POLÍCIA CIVIL	ATÉ 15/09/2023

Endereço: Rua Sidelcino Andrade, S/N
 Bairro: centro
 CEP: 44.970-000

Prefeitura Municipal de Ibipeba



CONFEÇÃO DE CÉDULAS DE VOTAÇÃO, EM CASO DE VOTAÇÃO MANUAL (SOMENTE UTILIZAÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS NÃO FOR POSSÍVEL).	ATÉ 25/09/2023
DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA	ATÉ 18/09/2023
ELEIÇÃO	01/10/2023 (DOMINGO)
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ESCOLHA	IMEDIATAMENTE APÓS A PURIFICAÇÃO
FORMAÇÃO INICIAL	NOVEMBRO DE 2023
POSESÃO DOS CONSELHEIROS	10/01/2024

4-DA REMUNERAÇÃO

4.1- Os Conselheiros Tutelares perceberão remuneração mensal a título de gratificação salarial, em forma de reconhecimento de desempenho, reajustado na data e proporção do reajuste salarial dos servidores municipais, conforme art. 36, § 1º da **Lei Municipal nº 261 de 10 de março de 2010**.

4.1.1- O valor da gratificação, através de reconhecimento de desempenho, que trata o caput deste artigo será definido em consenso entre o CMDCA e o Executivo Municipal e reajustado na data e proporção do reajuste salarial dos servidores municipais, conforme art. 48, § 1º da Lei nº 261 de 10 de março de 2010.

4.1.2- Na qualidade de membros eleitos, os Conselheiros Tutelares não serão funcionários dos quadros da Administração Municipal, não havendo, ainda, a criação de qualquer vínculo de natureza trabalhista dos Conselheiros para com o Município.

4.1.3- Na hipótese de investidura de servidor público municipal na função de Conselheiro Tutelar, lhe será facultado optar pela remuneração do cargo original ou da função de Conselheiro, garantida a cessão do servidor para cumprimento da carga horária determinada.

4.2- Em se tratando de servidor público estadual ou federal, o Conselheiro Tutelar eleito poderá:

I - Sendo cedido pela Administração Estadual ou Federal para o Conselho Tutelar, sem ônus para a Administração cedente, perceber a remuneração correspondente ao cargo de Conselheiro Tutelar;

II - Sendo cedido pela Administração Estadual ou Federal para o Conselho Tutelar, com ônus para a Administração cedente, perceber a remuneração

Endereço: Rua Sidelcino Andrade, S/N

Bairro: centro

CEP: 44.970-000

Prefeitura Municipal de Ibipêba



correspondente ao seu cargo de origem, vedado o recebimento da gratificação a que se trata o item 4 deste edital.

Parágrafo único. É vedada a acumulação remunerada de função pública, cargo público ou emprego público com a função de Conselheiro Tutelar, nos termos do disposto no art. 37, XVI e XVII, da Constituição da República.

4.3 - Aos respectivos membros do Conselho Tutelar, é assegurado o direito a: (Vide art. 134, Lei Federal 8.069/1990).

I - Cobertura Previdenciária;

II - Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - Licença-maternidade;

IV - Licença-paternidade;

V - Gratificação natalina.

5-CARGA HORÁRIA

5.1-Para atingir seus objetivos o Conselheiro Tutelar cumprirá carga horária de **40h** (quarenta horas) semanais, a ser cumprida de segunda a sexta- feira, devendo ter disponibilidade de atendimento ao público fora do horário normal de expediente nos dias úteis, sábados, domingos e feriados, em regime de plantões escalonados.

6-DA PROVA DE CONHECIMENTOS

6.1-Compete à Banca Examinadora da Prova de Conhecimentos, designada pelo CMDCA, elaborar, coordenar a sua aplicação com o CMDCA, e supervisão da Mesa Diretora e da Comissão Especial Eleitoral, corrigir e aferir a nota alcançada pelo candidato.

6.2-A prova de conhecimentos será objetiva e compreenderá vinte questões: sendo dez (10) questões sobre conhecimentos gerais do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e cinco (05) questões referentes à análise de casos concretos envolvendo a aplicação de medidas de proteção e pertinentes aos pais ou responsável relativas ao exercício da função de Conselheiro Tutelar e 5 (cinco) de Língua Portuguesa..

Endereço:Rua Sidelcino Andrade,S/N
Bairro: centro
CEP: 44.970-000

Prefeitura Municipal de Ibipêba



6.2.1A prova constará de questões de múltipla escolha, cada uma valendo um (01) ponto e com cinco (05) alternativas para resposta, sendo adotada, para fins de correção, uma única resposta correta por questão.

6.2.2-O Conteúdo da prova de conhecimentos será elaborado a partir das seguintes referências bibliográficas:

- a) Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, edição atualizada até a publicação desta Resolução;
- b) Lei Municipal nº 261 de 10 de março de 2010;
- c) Língua Portuguesa (interpretação de texto, ortografia e classes gramaticais)

6.2.3-O candidato deverá assinalar as opções escolhidas, na Folha de Respostas personalizada, único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Caderno de Prova.

6.2.4-É de inteira responsabilidade do candidato verificar se o seu caderno de prova está completo e se as informações contidas na Folha de Respostas conferem com os seus dados de inscrição, sob pena de não ser revista a sua pontuação e a sua classificação.

6.2.5-O candidato deverá comparecer ao local designado munido de caneta esferográfica azul ou preta. Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que seja legível.

6.2.6- Motivará a eliminação do candidato do Processo de Escolha, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas nesta Resolução ou a outras relativas ao Processo Eleitoral, aos comunicados, às instruções ao candidato ou às instruções constantes da prova.

6.2.7- Será excluído do Processo de Escolha o candidato que:

- a) Apresentar-se após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) Não comparecer à prova de conhecimentos, seja qual for o motivo alegado;
- c) Não apresentar documento que bem o identifique;
- d) Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- e) Ausentar-se do local de prova antes de decorridas 01 (uma) hora de início da mesma;
- f) Ausentar-se da sala de provas levando a Folha de Respostas;

Endereço: Rua Sidelcino Andrade, S/N
Bairro: centro
CEP: 44.970-000

Prefeitura Municipal de Ibipêba



g) Lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;

h) For surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso ou qualquer outro meio ardil para fraudar o Processo de Escolha;

i) Será eliminado do concurso, o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, MP3 e similares, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira/grafite e/ou borracha;

j) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

6.2.8- A prova de conhecimentos terá duração de quatro (4) horas.

6.2.9- Não será permitida a entrada de candidatos que estiverem portando, mesmo desligados, qualquer aparelho ou utensílio relacionados na letra "i" do § 7º desta Resolução, no local de realização das provas.

6.2.10- Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova de conhecimentos, em virtude do afastamento do candidato da sala de prova.

6.2.11- O candidato só poderá levar consigo o caderno de questões após três (3) horas do início da prova de conhecimentos.

6.2.12- O Edital de Convocação dos candidatos aptos para a prova de conhecimentos a ser expedido pela Comissão Especial Eleitoral será publicado no mural do CMDCA, e no Diário oficial do município de Ibipêba, no seguinte endereço <http://www.ipmbrasil.org.br/diariooficial/ba/pmibipeba/diario> até o dia 22 de junho de 2023 (quinta-feira).

6.2.13. A aplicação da prova de conhecimentos será no dia 25 de junho de 2023 (domingo), das 08h00min às 12h00min, em local a ser divulgado pelo Órgão e/ou Instituição responsável da execução do Processo de Escolha/Comissão Especial Eleitoral no mural da sede do CMDCA.

6.2.14. O candidato fica advertido que deverá se dirigir à sede do CMDCA ou Diário Eletrônico da Prefeitura, para consultar o local onde será aplicada a prova de conhecimentos.

6.2.15. Somente será admitido na sala de provas o candidato que estiver portando documento de identidade original. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

Endereço: Rua Sidelcino Andrade, S/N
Bairro: centro
CEP: 44.970-000

Prefeitura Municipal de Ibipeba



6.2.16. Serão considerados documentos de identidade:

Cédula de Identidade expedida pelas Secretarias de Segurança (RG), pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores ou por Órgãos ou Conselhos de Classe que tenham força de documento de identificação (OAB, CORECON, CRA, CREA, CRM, CRO etc.), Passaporte, Carteira de Trabalho e Previdência Social; Carteira de Motorista (COM FOTO); Carteiras funcionais do Ministério Público; Carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade;

6.2.17- Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista sem foto, carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

6.2.18- Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no § 16 deste artigo, não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do processo de escolha.

6.2.19- Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 60 (sessenta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

6.2.20. Não haverá, em nenhuma hipótese, segunda chamada ou repetição de provas.

6.2.21- A ausência do candidato à prova de conhecimentos, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência e resultará em sua eliminação no Processo de Escolha.

6.3- Considerar-se-á aprovado e apto a concorrer à eleição para Conselheiro Tutelar o candidato que obtiver nota igual ou superior a dez (10) pontos.

Dos Recursos da Prova de Conhecimentos

6.4- Serão admitidos recursos quanto:

- a) À aplicação da prova de conhecimentos;
- b) Às questões da prova de conhecimentos e gabaritos preliminares;
- c) Ao resultado preliminar da prova de conhecimentos.

6.5- O prazo para interposição de recurso será de três (03) dias úteis contados a partir da publicação do Edital com os resultados da prova de conhecimentos, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente à data da publicação.

Endereço: Rua Sidelcino Andrade, S/N

Bairro: centro

CEP: 44.970-000

Prefeitura Municipal de Ibipeba



6.6-Admitir-se-á um único recurso por candidato, devidamente fundamentado em formulário próprio disponibilizado na sede do CMDCA, sendo desconsiderado recurso de igual teor.

6.7-Os recursos deverão ser entregues pessoalmente e/ou por Procurador formalmente constituído, no local designado pelo Órgão e/ou Instituição responsável da execução do Processo de Escolha/Comissão Eleitoral.

6.8-O recurso interposto fora do prazo não será conhecido.

6.9-O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão (ões) eventualmente anulada(s) será (ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independente de formulação de recurso.

6.10- O gabarito divulgado poderá ser alterado em função dos recursos interpostos e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

6.11- Na ocorrência do disposto nos artigos 24 e 25 desta seção, poderá haver alteração da classificação inicial obtida para outra superior ou inferior ou, ainda, poderá ocorrer à desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para aprovação.

6.12- Compete a Comissão Especial Eleitoral, o julgamento, em caráter definitivo e irrecurável, dos pedidos de revisão de notas atribuídas à prova de conhecimentos.

7-DA PROPAGANDA ELEITORAL

7.1- Compreende-se no conceito de propaganda eleitoral qualquer mecanismo de induzimento, convencimento, informação, entre outros, ou todo e qualquer tipo de exteriorização de ideia ou pensamento, através do qual se logre, divulgar e promover o nome de alguém, direta ou indiretamente, expressa ou dissimuladamente, incluindo a propalação ou propagação de ideias com potencial de atingir pessoas e criar relação de identificação entre eleitores e aqueles que figuram no contexto da divulgação (Acórdão n.º 128.013, TRE/SP; Rel. Juiz Souza José)

7.2- A propaganda eleitoral somente será permitida a partir do dia 08 de julho de 2023 até o dia 28 de setembro de 2023, vedado qualquer tipo de propaganda paga no rádio, na internet ou na televisão (Lei n.º 9.504/97, art. 36, caput e § 2º; art. 8º da Resolução nº 231/22 CONANDA).

7.2.1-É proibida a propaganda eleitoral no dia da eleição, sob pena de cassação da candidatura.

7.2.2É terminantemente vedado ao candidato ou seus simpatizantes, no dia das eleições, promoverem o transporte de eleitores, sob pena de cassação da candidatura.

Endereço:Rua Sidelcino Andrade,S/N
Bairro: centro
CEP: 44.970-000

Prefeitura Municipal de Ibipêba



7.2.3-É vedada, durante o dia de votação, em qualquer local público ou aberto ao público, à aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos.

7.3- Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos candidatos, imputando-lhes solidariedade nos excessos praticados por seus simpatizantes.

7.4-Não será permitida propaganda que implique em grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

7.5-Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbem o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

7.6-Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos o oferecimento ou a promessa de dinheiro, dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza, público ou privado, mediante o apoio para candidaturas.

7.7-Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são das atribuições do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra prática que induza dolosamente o eleitor a erro, auferindo com isso, vantagem à determinada candidatura.

Parágrafo único. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

7.8-É admitida a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do candidato.

Parágrafo único. A propaganda eleitoral não poderá conter símbolos, frases ou imagens, associados ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública, sociedade de economia mista, pessoas em exercício de mandato eletivo nos poderes Executivo ou Legislativo, bem como de crianças ou adolescentes.

7.9-Compete ao Órgão e/ou a Instituição responsável pela execução do Processo de Escolha/Comissão Eleitoral, processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação de candidaturas.

Parágrafo único. O Órgão e/ou a Instituição responsável pela execução do Processo de Escolha/Comissão Eleitoral, poderá, liminarmente, determinar a retirada e a supressão da propaganda bem como recolher material, a fim de garantir o cumprimento desta resolução.

Endereço: Rua Sidelcino Andrade, S/N
Bairro: centro
CEP: 44.970-000

Prefeitura Municipal de Ibipêba



7.10-Qualquer cidadão, fundamentadamente, poderá dirigir denúncia à Comissão Especial Eleitoral sobre a existência de propaganda irregular.

7.11-Da decisão do Órgão e/ou a Instituição responsável pela execução do Processo de Escolha/Comissão Especial Eleitoral, não caberá recurso.

8.DA VOTAÇÃO

8.1-No dia 01 de outubro de 2023, às 7 horas, os componentes da mesa receptora verificarão se estão em ordem, no lugar designado, o material remetido pelo Órgão e/ou a Instituição responsável pela execução do Processo de Escolha/Comissão Especial Eleitoral, e a urna, bem como se estão presentes os fiscais dos Candidatos (Analogia ao Código Eleitoral, art. 142).

8.2-Os mesários substituirão o presidente, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da mesa receptora (Analogia ao Código Eleitoral, art. 123, caput).

8.2.1-O presidente deverá estar presente ao ato de abertura e de encerramento das atividades, salvo por motivo de força maior, comunicando o impedimento ao representante do Órgão e/ou a Instituição responsável pela execução do Processo de Escolha, Presidente da Comissão Especial Eleitoral pelo menos 24 horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, aos mesários, se o impedimento se der dentro do horário previsto para a votação (Analogia ao Código Eleitoral, art. 123, § 1º).

8.2.2-Não comparecendo o presidente até 7h30min, assumirá a presidência o primeiro mesário e, na sua falta ou impedimento, o segundo mesário (Analogia ao Código Eleitoral, art. 123, § 2º).

8.2.3-Poderá o presidente ou o membro da mesa receptora que assumir a presidência nomear ad hoc, entre os eleitores presentes. (Analogia ao Código Eleitoral, art. 123, § 3º).

Dos Trabalhos de Votação

8.3-O presidente da mesa receptora de votos, às 8 horas, declarará o início da votação.

8.4- Cada eleitor poderá votar em 01 (um) único candidato, conforme art. 5º, II, Resolução nº 231/2022 CONANDA.

Endereço:Rua Sidelcino Andrade,S/N
Bairro: centro
CEP: 44.970-000

Prefeitura Municipal de Ibipecta



8.5-O recebimento dos votos terminará às 17 horas e, se ainda houver eleitores presentes em filas, serão distribuídas senhas para cada um, conforme a ordem que se seguir. (Analogia ao Código Eleitoral, art. 144).

8.5.1- Serão considerados como documento oficial para comprovação da identidade do eleitor:

- I – Carteira de identidade ou documento de valor legal equivalente (identidades funcionais);
- II – Certificado de reservista, com foto;
- III – Carteira de trabalho;
- IV – Carteira nacional de habilitação, com foto.

8.5.2- Não será admitida a certidão de nascimento ou casamento como prova de identidade do eleitor no momento da votação.

8.5.3- Não poderá votar o eleitor cujos dados não figurem no cadastro de eleitores da mesa receptora, constante da urna, ainda que apresente título de eleitor correspondente à seção e documento que comprove sua identidade, devendo, nessa hipótese, a mesa receptora de votos orientar o eleitor a comparecer ao cartório eleitoral a fim de regularizar a sua situação.

8.6- Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o presidente da mesa receptora de votos deverá exigir-lhe a apresentação de documentos que comprove a sua identidade e, na falta destes, interrogá-lo sobre os dados constantes do título; em seguida, deverá confrontar a assinatura do título com aquela feita pelo eleitor na sua presença e mencionar na ata a dúvida suscitada.

8.6.1- A impugnação à identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa receptora de votos, fiscais ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente, antes de ser admitido a votar.

8.6.2- Se persistir a dúvida ou for mantida a impugnação, o presidente da mesa receptora de votos solicitará a presença do Presidente da Comissão Eleitoral ou de quem o mesmo delegar para decisão.

9-DA APURAÇÃO DOS VOTOS E PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS

Endereço: Rua Sidelcino Andrade, S/N
Bairro: centro
CEP: 44.970-000

Prefeitura Municipal de Ibipeba



9.1- Após encerrada a votação, proceder-se-á imediatamente a contagem dos votos e sua apuração, sob responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral e fiscalização do Ministério Público.

9.1.1- Os candidatos ou seus representantes credenciados poderão apresentar impugnação à medida que os votos forem sendo apurados, cabendo à decisão à própria Comissão Especial Eleitoral, que decidirá de plano, facultada a manifestação do Ministério Público.

9.1.2- Concluída a apuração dos votos e decididas às eventuais impugnações, a Comissão Especial Eleitoral providenciará a lavratura de ata circunstanciada sobre a votação e apuração, mencionando os nomes dos candidatos votados, com número de votos recebidos e todos os incidentes eventualmente ocorridos, colhendo as assinaturas dos membros da Comissão, candidatos, fiscais, representante do Ministério Público e quaisquer cidadãos que estejam presentes e queiram assinar, afixando cópia no local de votação, na sede do CMDCA e no hall da Prefeitura.

9.2- Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato que for mais idoso, mediante comprovação da data de nascimento, por dia, mês e ano.

9.3- No prazo de 02 (dois) dias da apuração, poderão ser interpostos recursos, ao CMDCA, das decisões da Comissão Especial Eleitoral nos trabalhos de apuração, desde que a impugnação tenha constado expressamente em ata.

Parágrafo Único. O CMDCA decidirá os eventuais recursos no prazo máximo de 05 (cinco) dias, determinando ou não as correções necessárias, e baixará resolução homologando o resultado definitivo do processo de escolha, enviando cópias ao Prefeito Municipal, ao representante do Ministério Público e ao Juizado da Infância e Juventude.

Da proclamação e diplomação dos eleitos

9.4- Encerrado o prazo e o julgamento dos recursos o Órgão e/ou a Instituição responsável pela execução do Processo de Escolha, a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamarão o resultado e diplomará os eleitos.

9.5- Considerar-se-ão eleitos os cinco (05) candidatos que obtiverem maior votação, de forma escalonada, mediante número de votos, sendo os demais, pela ordem de classificação, suplentes até o número cinco (05).

10-DA POSSE

Endereço: Rua Sidelcino Andrade, S/N
Bairro: centro
CEP: 44.970-000

Prefeitura Municipal de Ibipêba



10.1-A posse dos Conselheiros Tutelares eleitos dar-se-á no dia 10 de janeiro de 2024, a se realizar na Câmara Municipal de Ibipêba-BA.

11-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1- Até 20 (vinte) dias antes das eleições, o representante do Órgão e/ou a Instituição responsável pela execução do Processo de Escolha com a chancela da Comissão Especial Eleitoral comunicará aos chefes/diretores das repartições públicas (escolas municipais e/ou estaduais) a resolução de que serão os respectivos edifícios, ou parte deles, utilizados para o funcionamento das mesas receptoras (Analogia ao Código Eleitoral, art. 137).

11.2- No local destinado à votação, a mesa receptora ficará em recinto separado do público; próximo, haverá uma cabina indevassável (Analogia ao Código Eleitoral, art. 138).

Parágrafo único. O Órgão e/ou a Instituição responsável pela execução do Processo de Escolha sob a chancela da Comissão Especial Eleitoral, providenciará para que nos edifícios escolhidos sejam feitas as necessárias adaptações (Analogia ao Código Eleitoral, art. 138, parágrafo único).

11.3- Para contagem dos prazos previstos nesta Resolução, exclui-se o dia do começo e inclui-se o do vencimento.

11.3.1- Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil, se o vencimento cair em feriado, sábado ou domingo.

11.3.2 Os prazos somente começarão a contar a partir do primeiro dia útil após a notificação por meio de cartas ofício, telegrama, fax ou correio eletrônico.

11.4- A inscrição do candidato implicará conhecimento das presentes instruções e tácita aceitação das normas e condições do Processo de Escolha, tais como se acham estabelecidas nesta Resolução, na Resolução nº 231/22 do CONANDA e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para realização do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, Gestão 2024 – 2027, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

11.4.1- O acompanhamento das publicações, editais, resoluções, avisos e comunicados referentes ao Processo de Escolha é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas informações por telefone.

11.4.2- É de responsabilidade do candidato manter seu endereço residencial, e-mail e telefone atualizados, até que se expire todo o Processo de Escolha.

Endereço: Rua Sidelcino Andrade, S/N
Bairro: centro
CEP: 44.970-000

Prefeitura Municipal de Ibipêba



11.5-A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, a prova e/ou tornar sem efeito a diplomação do candidato se constatadas fraudes ou simulação nas declarações, nos documentos, na inscrição ou na realização da prova de conhecimentos, assegurada ampla defesa.

11.6-O Órgão e/ou a Instituição responsável pela execução do Processo de Escolha sob a chancela da Comissão Especial Eleitoral poderá aplicar subsidiariamente a Legislação Eleitoral Vigente, bem como as Instruções expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral/TSE, utilizadas nas eleições gerais de 2022, na regulamentação e fiscalização, propaganda, eleição e apuração dos votos no processo de Escolha/Eleição dos Conselheiros e Conselheiras Tutelares.

11.7-Esta Resolução poderá sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será amplamente comunicada.

11.8- Todo o processo de escolha será fiscalizado pelos Representantes do Ministério Público.

11.9Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, ad referendum, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

11.10Para todos os efeitos dessa Resolução serão consideradas como base jurídica a Resolução nº 231/2022 CONANDA que possui força regimental, na lacuna da lei. Assim como, **Lei Municipal nº 261 de 10 de março de 2010.**

Ibipêba-Ba, 31 de março de 2023

SALA DE SESSÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIPEBA-BA

Paulo Umberto Gomes Leite

Presidente do CMDCA

Luciane Alves Oliveira Diniz

Secretária Executiva do CMDCA

Endereço: Rua Sidelcino Andrade, S/N
Bairro: centro
CEP: 44.970-000

Prefeitura Municipal de Ibipeba



ANEXO I

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE IBIPEBA-BAHIA 2023

AO PRESIDENTE DO CMDCA;

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO:

NOME COMPLETO: _____

NOME FANTASIA (PARA CONCORRER A ELEIÇÃO): _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____

GÊNERO: _____

NATURALIDADE: _____

NACIONALIDADE: _____

CÉDULA DE IDENTIDADE N° _____

CPF N° _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____

ESTADO: _____

CEP: _____

TELEFONE RESIDENCIAL: _____

TELEFONE CELULAR: _____

EMAIL: _____

ESCOLARIDADE: _____

DECLARAÇÃO:

Declaro, para todos os fins de direitos que se fizerem necessários, que todas as informações acima expostas são verdadeiras, estando ciente das penalidades previstas no Código Penal Brasileiro e demais legislações pertinentes em caso de falsidade. Declaro, ainda, atender todas as condições exigidas para inscrição no Processo de Escolha 2023 dos membros do Conselho Tutelar de Ibipeba, Estado da Bahia, bem como declaro me submeter às normas expressas no Edital CMDCA/Ibipeba nº 001/2023, na Resolução CMDCA/Ibipeba nº 002/2023, na Lei Municipal nº 261/2010, na Lei Federal nº 8.069/1990 e na Resolução CONANDA nº 231/2022, e demais legislações pertinentes.

Ibipeba/BA, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do Candidato (a)

Endereço: Rua Sidelcino Andrade, S/N
Bairro: centro
CEP: 44.970-000

Prefeitura Municipal de Ibipeba



_____, ____/____/____.
Local Data

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

Prefeitura Municipal de Ibipeba



ANEXO III

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE IBIBEBA- BA 2023

CURRÍCULO

(Modelo Oficial)

1. IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Data de nascimento: _____

Sexo: _____

Naturalidade: _____

Nacionalidade: _____

Filiação:(Pai) _____

e(Mãe) _____

Estado Civil: _____

Cônjuge/Convivente/Companheiro(a): _____

Nº Identidade e CPF do Cônjuge/Convivente/Companheiro(a): _____

2. ENDEREÇO:

Rua/Avenida/Outro: _____ Nº:

_____, Complemento _____, Bairro: _____, Regional:

_____, CEP: _____ - _____.

Telefone(s) residencial: _____ e celular: _____

E-mail: _____

3. DOCUMENTOS:

Nº Identidade: _____

Prefeitura Municipal de Ibipeba



CPF Nº _____

Carteira de Trabalho: Nº _____ Série _____

Título de Eleitor: _____

Documento Militar Nº _____

Registro Profissional Nº _____

4. GRAU DE ESCOLARIDADE:

A) () Ensino Fundamental incompleto;

B) () Ensino Fundamental em curso;

C) () Ensino Fundamental completo;

D) () Ensino Médio incompleto;

E) () Ensino Médio em curso;

F) () Ensino Médio completo;

G) () Ensino Superior incompleto - curso: _____

H) () Ensino Superior em curso - curso: _____

I) () Ensino Superior completo - curso: _____

5. PROFISSÃO:

6. ÁREA DE ATUAÇÃO:

Prefeitura Municipal de Ibipêba



7. JÁ FOI ELEITO(A) COMO CONSELHEIRO(A) TUTELAR?

() Não

() Sim () Titular () Suplente

Município: _____

Período(s): _____

8. Citar os cursos de formação/capacitação na área da criança e do adolescente:

9. Citar as experiências na área de defesa, atendimento ou promoção dos direitos da criança e do adolescente (caso possua):

Declaro estar ciente de que estarei sujeito à aplicação das penalidades previstas no Código Penal Brasileiro e demais legislações pertinentes, em caso de falsidade de quaisquer das informações aqui prestadas.

_____, ____/____/____.

Local

Data

Prefeitura Municipal de Ibipeba



ASSINATURA DO(A) PRÉ-CANDIDATO(A)

Prefeitura Municipal de Ibipeba



ANEXO IV

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE IBIPEBA – BA 2023

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE IBIPEBA

(MODELO OFICIAL)

Eu, _____,
(nacionalidade) _____, (estado civil) _____, portador(a)
do Documento de Identidade nº _____, expedido
por _____, em ____/____/____,
CPF nº _____, _____, DECLARO, sob as penas da lei,
para fins de cumprimento do artigo 18, incisos III e IV, da **Lei Municipal nº 261 de 10 de
março de 2010**, que resido no Município de Ibipeba há mais de 02 (dois) anos e tenho
domicílio eleitoral neste município há mais de 01 (um) ano.

Declaro estar ciente de que estarei sujeito à aplicação das penalidades previstas no Código Penal Brasileiro e demais legislações pertinentes, em caso de falsidade da informação aqui prestada.

_____, ____/____/____.
Local Data

ASSINATURA DO(A) PRÉ-CANDIDATO(A)

Endereço: Rua Sidelcino Andrade, S/N
Bairro: centro
CEP: 44.970-000